

Falas de mulheres cegas na Universidade Federal da Paraíba: uma análise fílmica

Speeches by blind women at the Federal University of Paraíba: a film analysis

Danyelle Gonzaga Monte da Costa



danymontec@yahoo.com.br

Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, PB, Brasil.

Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros



livialaenny@hotmail.com

Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, PB, Brasil.

Maria Luiza Vieira Pereira de Medeiros



luizavpm@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, PB, Brasil.

Resumo

O presente estudo, realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem como objetivo evidenciar atitudes capacitistas vivenciadas por mulheres cegas, a partir da análise fílmica do documentário *De Olhos Fechados*, produzido na própria instituição. Historicamente, as pessoas com deficiência enfrentaram diversas adversidades, inicialmente motivadas por interpretações religiosas e, posteriormente, por fatores socioeconômicos. Tais condições contribuíram para a imposição de barreiras sociais, resultando na negação de direitos e na consolidação do que se denomina, neste trabalho, como cultura capacitista. Considerando a invisibilidade das vozes e experiências das mulheres com deficiência, especialmente no que diz respeito à construção de suas narrativas, optou-se pela utilização da metodologia da História de Vida. Essa abordagem permite uma compreensão mais profunda dos fatores biopsicossociais que historicamente lhes foram negados, valorizando o protagonismo dessas mulheres na construção do conhecimento. A análise do documentário revelou discursos e atitudes sociais que perpetuam o capacitismo e indicam a urgência de práticas mais inclusivas e conscientes.

Palavras-chave: Mulheres cegas; Capacitismo; Análise fílmica.

Abstract

This study, conducted at the Federal University of Paraíba (UFPB), aims to highlight ableist attitudes experienced by blind women, based on a film analysis of the documentary "De Olhos Fechados," produced at the institution itself. Historically, people with disabilities have faced various adversities, initially motivated by religious interpretations and later by socioeconomic factors. These conditions contributed to the imposition of social barriers, resulting in the denial



10.23925/2318-7115.2026v47i1e72974



FLUXO DA SUBMISSÃO:

Submissão do trabalho: 15/08/2025

Aprovação do trabalho: 09/02/2026

Publicação do trabalho: 01/04/2026

AVALIADO POR:

Claudia Regina Vieira (UFABC)

Keila Cardoso Teixeira (Ufes)

EDITADO POR:

Luciana Kool Modesto-Sarra (PUC-SP)

COMO CITAR:

COSTA, Danyelle Gonzaga Monte da;
MEDEIROS, Lívia Laenny Vieira Pereira de;
MEDEIROS, Maria Luiza Pereira Vieira de.
Falas de mulheres cegas na Universidade
Federal da Paraíba: uma análise fílmica.
The Especialist, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 19–36,
2026. DOI: 10.23925/2318-
7115.2026v47i1e72974.



of rights and the consolidation of what is referred to in this work as an ableist culture. Considering the invisibility of the voices and experiences of women with disabilities, especially regarding the construction of their narratives, we chose to use the Life Story methodology. This approach allows for a deeper understanding of the biopsychosocial factors that have historically been denied to them, valuing the protagonism of these women in the construction of knowledge. Analysis of the documentary revealed social discourses and attitudes that perpetuate ableism and indicate the urgency of more inclusive and conscious practices.

Keywords: Blind women; Ableism; Film analysis.

1. Introdução

Inicialmente, os estudos sobre a deficiência foram conduzidos sob a ótica do modelo médico, o qual compreendia a deficiência como uma anomalia em relação ao considerado "normal" dentro da espécie humana. Em outras palavras, a vivência em um corpo que não se enquadrasse nos padrões estabelecidos era interpretada como um desvio (Diniz, 2007).

A partir da década de 1970, essa perspectiva passou a ser progressivamente questionada, especialmente com o envolvimento de diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a educação. Nesse cenário, emergiu o modelo social da deficiência, cuja proposta consiste em deslocar o foco do indivíduo para a sociedade, compreendendo a deficiência como resultado das barreiras sociais, culturais e arquitetônicas que limitam a participação plena das pessoas com deficiência.

Embora tenham sido alcançados avanços importantes no que diz respeito à promoção de uma educação inclusiva, é imprescindível reconhecer que as políticas públicas voltadas para essa área são ainda relativamente recentes. A década de 1990 configura-se como um marco paradigmático na história da política educacional brasileira, inaugurando uma nova abordagem voltada à inclusão e ao reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Com a finalidade de explicitar as múltiplas formas as quais a corponormatividade e o capacitismo se apresentam no cotidiano das pessoas com deficiência, o estudo será dividido da seguinte maneira: Primeiramente alguns breves apontamentos históricos, conceituação dos termos capacitismo e corponormatividade, o que são as barreiras atitudinais, em seguida, apresentar-se-á o percurso metodológico utilizado na pesquisa e análise de conteúdo, e, por fim, a conclusão da pesquisa.

2. Aspectos gerais sobre a deficiência

É conhecido na academia os 4 paradigmas que transitam no tema da deficiência: Exclusão, Segregação, Integração e Inclusão, como proposto nos estudos de Sassaki (2006).

A exclusão das pessoas com deficiência, historicamente, tem se manifestado como uma ocupação mínima de espaço nas sociedades ocidentais, tanto nos sistemas de regulação jurídica quanto na participação social e educacional. Segundo Castells (1998), esses indivíduos eram apartados da convivência social, tendo seus comportamentos desvalorizados, como se carregassem um "manto de invisibilidade". Nesse contexto, não eram reconhecidos como sujeitos de direitos essenciais para uma vida digna e equitativa. Essa negação de humanidade resultou, muitas vezes, em sua exclusão extrema e até mesmo em práticas de extermínio.

Com o tempo, especialmente diante das críticas à exclusão, emergiu o paradigma da segregação. Este consistia na criação de espaços específicos voltados exclusivamente às pessoas com deficiência. Martins (2015) observa que, nesse período, além das pessoas com deficiência, outros grupos considerados "inconvenientes" para a sociedade — como os ditos loucos, doentes, mutilados de guerra e indivíduos rotulados como incapazes ou inválidos — eram encaminhados a instituições de internação, geralmente sob a tutela do Estado. Essa estratégia reforçava estigmas e mantinha essas pessoas à margem da sociedade.

O terceiro paradigma, o da integração, surgiu a partir de mudanças ocorridas no século XX, influenciado por normativas legais que buscavam garantir os direitos de todos os cidadãos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um marco fundamental nesse processo, pois impulsionou movimentos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência. A primeira ação concreta de respaldo legal ocorreu na Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990. Posteriormente, a Declaração de Salamanca, promovida pelo governo da Espanha em 1994, consolidou o debate sobre o direito à educação inclusiva. Este documento representou um avanço importante na formulação de políticas públicas voltadas à ampliação do acesso à educação para pessoas com necessidades educacionais especiais, conforme destacado pelo Ministério da Educação (MEC, 2007).

O paradigma mais recente, e ainda em consolidação, é o da inclusão, fundamentado nos pressupostos do modelo social da deficiência. De acordo com Diniz (2007), esse modelo propõe que a deficiência não deve ser compreendida a partir de uma perspectiva individual e biomédica,

mas sim como uma construção social, enraizada em contextos históricos e estruturais que impõem barreiras à plena participação dessas pessoas na vida em sociedade.

Fruto dessa construção histórica, o capacitismo — termo que designa e denuncia atitudes discriminatórias e preconceituosas em relação às pessoas com deficiência — ainda se manifesta de forma marcante na sociedade (Farias, 2017). No entanto, em contraposição a essa lógica excludente, observa-se um avanço significativo na presença dessas pessoas em espaços antes inacessíveis, como no convívio familiar, nas escolas e nas Instituições de Ensino Superior (IES), foco de atenção neste texto.

Apesar do avanço das legislações e políticas públicas voltadas à inclusão, ainda persistem diversas barreiras que dificultam a efetivação desses direitos. Entre elas destacam-se as barreiras atitudinais, pedagógicas e arquitetônicas, que continuam a limitar a autonomia e a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade (Antunes *et al.*, 2013).

3. Inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior

As pessoas com deficiência vivenciaram um processo histórico excludente, e, por esse motivo, convivem atualmente com inúmeras formas de preconceitos, oriundas de estigmas que resistiram ao passar do tempo.

A partir dos avanços no âmbito social, e por conseguinte educacional, ao decorrer dos anos esses sujeitos vêm conquistando a cada dia mais espaços na sociedade, como por exemplo, o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, todos os avanços em prol de uma vida digna, só foi possível após inúmeros movimentos políticos das próprias pessoas com deficiência de 1988 (Piccolo, 2022). Dentre as conquistas em busca da asseguarção de direitos essenciais para uma vida equânime, está o da educação.

No que se refere a educação das pessoas com deficiência especificamente no âmbito do ensino superior, está assegurado na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 em seu Art. 27, quando promulga: A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

A partir dessa exigência legal é dever das IES viabilizar um processo educacional às pessoas com deficiência que potencializam suas capacidades. A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de ter desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos (das) estudantes. Assim como a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006 prevê que todas as pessoas com deficiência têm direito a um sistema educacional inclusivo, não havendo, portanto, nenhuma justificativa para atendimentos educacionais paralelos, ou segregados que tomem por base a deficiência.

No entanto, apesar da educação numa IES está assegurada por lei, como também a existência de políticas institucionais que corroboram na potencialização das capacidades das pessoas com deficiência, as inúmeras atitudes de preconceito experienciadas por esses sujeitos se constituem como obstáculos, que dificultam, e, por vezes, impossibilitam um processo educacional de qualidade, a exemplo, as barreiras atitudinais.

Em consonância com o referencial teórico exposto até o presente momento, pode-se constatar que para haver uma educação de qualidade às pessoas com deficiência, faz-se de suma importância para além das leis, uma mudança da mentalidade social, galgando desta forma para que as dificuldades sejam removidas.

Ao se compreender que as múltiplas barreiras enfrentadas cotidianamente pelas pessoas com deficiência representam obstáculos significativos à sua plena participação sociais, torna-se evidente que a limitação não reside no corpo com deficiência em si, mas sim na organização social que falha em responder às necessidades e especificidades desses sujeitos. Essa mudança de perspectiva está em consonância com os princípios defendidos pela *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (ONU, 2006), ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional, a qual afirma que a deficiência é o resultado da interação entre pessoas com impedimentos e as barreiras físicas, comunicacionais, atitudinais e institucionais presentes na sociedade.

Nesse sentido, quanto mais o ambiente impõe restrições à mobilidade, à comunicação, ao acesso à informação, à educação e aos demais bens sociais, mais a pessoa com deficiência é

colocada em situação de vulnerabilidade e desvantagem. A desvantagem, portanto, não é uma característica intrínseca da deficiência, mas uma construção social que emerge da ausência de acessibilidade e da falta de políticas efetivas de inclusão. Como afirma o texto-base da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008, p. 9), ao transformar o ambiente em um espaço favorável e acessível, relativiza-se a condição de incapacidade com a qual, historicamente, a deficiência tem sido confundida.

Essa abordagem dialoga diretamente com o modelo social da deficiência, que rompe com a concepção biomédica tradicional ao deslocar o foco da limitação do indivíduo para o contexto social excludente. Essa perspectiva, fortemente influenciada pelos movimentos de pessoas com deficiência desde a década de 1970, promove uma crítica ao capacitismo — sistema ideológico que privilegia corpos e mentes considerados "normais", invisibilizando e inferiorizando aqueles que destoam desse padrão (Diniz, 2007; Farias, 2017).

Além disso, pensar a deficiência como uma questão de justiça social implica reconhecer a urgência de promover políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o protagonismo das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais, como o sistema educacional, o mercado de trabalho, os meios de comunicação e a vida cultural. A eliminação de barreiras — sejam elas arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas ou atitudinais — não se constitui em um ato de benevolência, mas em uma obrigação ética e jurídica do Estado e da sociedade, conforme preconizado pela Convenção e demais marcos legais nacionais. (Sassaki, 2006)

A condição de desvantagem enfrentada pelas pessoas com deficiência é, fundamentalmente, produto de uma estrutura social que, historicamente, negligenciou — e ainda negligencia — a diversidade humana. Longe de ser uma questão individual em que muito se pronuncia a deficiência como restrita de participação social ensejado pelo modelo biomédica, a deficiência deve ser compreendida como um fenômeno social, atravessado por relações de poder, normatividade e exclusão. Superar esse quadro demanda, portanto, uma mudança paradigmática sustentada por princípios de equidade, justiça social e pelo reconhecimento da diferença como valor constitutivo da experiência humana. Nesse contexto, a deficiência não deve mais ser percebida como uma limitação em si, mas como uma das expressões legítimas da condição humana.

As múltiplas formas de preconceito vivenciadas por pessoas com deficiência estão ancoradas em crenças infundadas e generalizações que, culturalmente, associam essas pessoas à incapacidade, à dependência e à anormalidade. Tais crenças se traduzem e consistem a partir de comportamentos, posturas e julgamentos que limitam ou inviabilizam a participação plena e equitativa dessas pessoas nos diversos espaços sociais (BRASIL, 2015).

No campo dos estudos sobre a deficiência, compreende-se que essas barreiras não são meros desvios individuais, mas expressões estruturais de um sistema capacitista. Como explica Dias (2014, p. 31), as barreiras atitudinais “estão materializadas por meio da discriminação, preconceito e estigmatização, ensejando um olhar depreciativo para a convivência equânime da diversidade humana”. Elas se apresentam de forma sutil ou explícita, tanto em comportamentos quanto em discursos, reforçando estereótipos e inferiorizando as identidades das pessoas com deficiência.

Sob essa perspectiva, torna-se evidente que a raiz das atitudes indesejadas não está nas limitações físicas, sensoriais ou intelectuais dos indivíduos, mas na forma como a sociedade os enxerga e os trata. Como argumenta Souza (2008, p. 29), “as barreiras atitudinais podem estar baseadas em preconceitos explícitos ou a eles dar origem. [...] Eles aparecem em nossa linguagem, tanto quanto em nossas ações ou omissões”. A linguagem capacitista, por exemplo, reforça a visão da pessoa com deficiência como objeto de piedade ou superação, deslocando a discussão da cidadania para o campo da caridade ou da inspiração.

Diante disso, pensar em uma sociedade — e, particularmente, em uma universidade — verdadeiramente inclusiva exige mais do que ações pontuais ou adaptações físicas. Exige um comprometimento ético e político, individual e coletivo, com a desconstrução do preconceito e com a construção de uma cultura de direitos, em que a diferença não seja apenas tolerada, mas acolhida e valorizada.

Mais do que promover práticas inclusivas, é necessário romper com lógicas normativas que sustentam exclusões históricas e institucionais. Isso implica reconhecer que a inclusão não é apenas um direito das pessoas com deficiência, mas uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade — especialmente por instituições educacionais, que devem atuar como espaços de transformação social.

A seguir, aprofundaremos o conceito de capacitismo, chave para compreender as dinâmicas de exclusão e para fomentar a construção de políticas e práticas verdadeiramente emancipatórias.

4. Como o capacitismo e a corponormatividade se constitui no ensino superior?

Com base no pensamento corponormativo, observa-se que, muitas vezes, a conjuntura social ignora as diversas funcionalidades corporais das pessoas com deficiência, reduzindo-as apenas à lesão. Soma-se a isso o fato de que “as pessoas com deficiência têm, desde sempre, convivido com a confusão entre o que realmente são — pessoas humanas — e o que se pensa que elas são: deficientes” (Souza, 2008, p. 23). Em outras palavras, há uma anulação da pessoa humana e de seus aspectos identitários em função da deficiência.

Essa compreensão distorcida, somada à falta de conhecimento sobre as reais potencialidades dessas pessoas, resulta em reações de surpresa diante de atividades comuns realizadas por elas — como namorar, estudar, conversar, entre outras. Surpreender-se com o comportamento ou conquista de uma pessoa apenas pelo fato de ela ter um corpo com deficiência configura-se como uma atitude preconceituosa, pois revela uma expectativa prévia de que ela não seria capaz de realizar determinada ação. Trata-se, portanto, de uma forma sutil, mas poderosa, de exclusão.

Nesse sentido, podemos caracterizar como capacitismo toda e qualquer atitude de preconceito dirigida a pessoas com deficiência. No entanto, mais do que apenas compreender essa estrutura de repressão, é imprescindível romper com os entraves que ela impõe. Superar esse tipo de opressão exige um esforço crítico e político de desnaturalização das ideias que colocam o corpo com deficiência como inferior.

Compreender esse tipo de comportamento implica, portanto, assumir um compromisso político com as pessoas com deficiência, permitindo que a sociedade reconheça que a exclusão não está no corpo propriamente dito, mas na mentalidade e no imaginário social. Estes, por sua vez, são disseminados por meio de uma série de artefatos culturais que reforçam estigmas e reproduzem práticas discriminatórias. Como destaca Farias (2017, p. 19), é nesse imaginário coletivo que se encontra a raiz de manifestações tão perversas de exclusão.

Sabe-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) são, por vezes, excludentes. Ademais, percebe-se que é escasso o número de pesquisas que denunciam atitudes capacitistas e corponormativas — especialmente no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES) —, onde este estudo foi idealizado.

Nesse sentido, muitos estudantes com deficiência acabam desistindo de ingressar ou permanecer nessas instituições. Por isso, enfatiza-se a necessidade de que essas pessoas sejam fortalecidas, que persistam e resistam, com o intuito de colaborar na remoção dos obstáculos que lhes são impostos. Para Dantas et al. (2014, p. 559), “pessoas com deficiência empoderadas estão menos vulneráveis a formas de abuso e limitações.”

O empoderamento, portanto, é de suma importância para que essas pessoas se reconheçam como sujeitos de direitos e lutem pela efetivação e eficácia desses direitos. De acordo com os estudos de Piccolo (2019) trata-se de um constructo que implica, essencialmente, na obtenção de informações adequadas, em um processo de reflexão e tomada de consciência sobre sua condição atual, bem como na formulação clara das mudanças desejadas e da realidade que se busca construir. Para isso, é necessário romper com a postura passiva ou reativa historicamente atribuída às pessoas com deficiência, promovendo uma atitude propositiva, ativa e engajada, voltada à conquista de autonomia e protagonismo social.

A essas variáveis, soma-se a necessidade de uma mudança de atitude que impulse a pessoa, o grupo ou a instituição a agir de forma prática, metódica e sistemática, em direção aos objetivos e metas traçados, superando a antiga postura meramente reativa.

Essa perspectiva está alinhada com os pressupostos do modelo social da deficiência, que desloca o foco da limitação individual para as barreiras sociais e estruturais, responsabilizando a sociedade pela exclusão. Dentro desse modelo, o empoderamento é visto como uma ferramenta de emancipação, pois contribui para desconstruir o capacitismo — sistema de opressão baseado na valorização de corpos e mentes considerados “normais” — e reivindicar espaços historicamente negados.

Além disso, o fato da pessoa está empoderada dialoga com o conceito de justiça social, proposto por autores como Fraser (2008), que defende a necessidade de reconhecimento das diferenças, redistribuição de recursos e participação paritária como elementos centrais para a equidade. No caso das IES, isso implica não apenas garantir o acesso, mas também promover

políticas de permanência, suporte pedagógico, acessibilidade plena e cultura institucional inclusiva.

Portanto, o ato de empoderar pessoas com deficiência no ambiente universitário não é apenas uma demanda ética ou moral, mas uma estratégia concreta de enfrentamento das desigualdades. Trata-se de reconhecer que a transformação das instituições depende, em grande medida, do protagonismo daqueles que historicamente foram silenciados — e de uma sociedade disposta a ouvir, ceder espaço e reconstruir práticas.

5. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa utilizou o documentário: *De olhos fechados*, produzido por estudantes do curso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2020, com a finalidade de trazer discussões a comunidade acadêmica a respeito das situações vivenciadas no cotidiano das pessoas com deficiência visual na UFPB. Foi realizada uma análise fílmica do material, evidenciando as falas embutidas de capacitismo.

A análise do documentário, trouxe um recorte das falas de mulheres cegas que evidenciam a presença concreta de práticas capacitistas no cotidiano acadêmico, sendo elas: uma discente, uma graduada e uma docente, todas da UFPB.

O intuito era compreender a partir das trajetórias das mulheres com deficiência, problemáticas que historicamente persistem na sua vida acadêmica, foi transcrito e catalogado os dados presentes no documentário, de maneira que facilitassem a evidenciação dos marcadores que denunciam o pensamento corponomativo e capacitista.

6. Resultados e discussões

Serão apresentados recortes de falas das participantes do documentário e discutidas a luz da literatura.

PARTICIPANTE 1:

“É o trabalho de formiguinha, você tem que começar tudo de novo, se autoafirmar, se empoderar.”

Tendo em vista que vivemos em uma sociedade corponormativa, às pessoas com deficiência vivenciam todos os dias inúmeras formas de preconceito, acarretando uma necessidade incansável de se autoafirmarem e mostrarem que são capazes, pois, na maioria das vezes, são invisibilizadas em virtude do descrédito de suas reais potências.

No entanto, para que de fato elas fortalecidas (Dantas, 2014) aponta que elas precisam se reconhecerem enquanto pessoas com deficiência, conhecer a história de luta do seu grupo, sua história de vida, seus direitos, e, para além disso, adquirir competências de expressão, reivindicação, participação engajada, comunicação e liderança da sua própria vida.

PARTICIPANTE 1:

“A única maneira que achei que poderia provocar a comunidade científica em alguma coisa, era trabalhando com uma orientadora deficiente visual e que a gente trouxesse um tema polêmico e que mostrasse a comunidade que nós estamos aqui.”

Como afirma Singal (2024, 67) “Professores com deficiência podem atuar como modelos positivos para estudantes com deficiência, contribuindo para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos, fortalecendo o sentimento de pertencimento, a autoestima e o bem-estar dos alunos”.

PARTICIPANTE 2

“Eu acredito que o fato do estudante cego, ou com qualquer outro tipo de deficiência ter chegado a Universidade significa que ele tem potencial, significa que ele não é um incapacitado como muitas vezes a família ou a própria sociedade julga que eles sejam.”

As falas acima convergem com o que aponta Santos et al, (2019) que só pelo fato de o estudante com deficiência ter ingressado na Universidade, já se configura como um indicador de que ela é empoderada, pois ele é necessário para um rompimento das inúmeras barreiras vivenciadas por elas frequentemente.

PARTICIPANTE 1:

“...ao invés de falarem comigo, fala com meu apoiador: Avisa a ela (eu do lado, tá!?) que a tarefa é essa, essa e essa. E eu responder: professora, estou te ouvindo, fale comigo.”

A corponormatividade reverbera em inúmeras formas de inferiorização das pessoas com deficiência (MELLO, 2014), por isso, compreender e refletir sobre os diversos estigmas que a sociedade historicamente concebeu as pessoas com deficiência, é imprescindível para que consigamos minimizar as atitudes de preconceito para com esses indivíduos.

PARTICIPANTE 1:

“A cegueira não me impediu de ministrar uma aula, de fazer um trabalho, de fazer um plano de aula.”

Um olhar capacitista minimiza as potencialidades das pessoas com deficiência resumindo-as a uma lesão corporal. A partir desse prisma, julga-se essa pessoa menos capaz de realizar algumas atividades em detrimento de sua deficiência, a exemplo das participações em diferentes projetos proporcionados pela Universidade.

Considera-se que esse pensamento, focado na incapacidade da pessoa com deficiência é arcaico, pois com o avanço dos estudos no que tange às ciências sociais, (sociologia, psicologia, pedagogia, entre outras) foram aos poucos rompendo com esse modo de pensar, traçando uma compreensão da deficiência com uma realocação das forças, como apontado por (VYGOTSKY, 1989) e em concordância com a autora (Souza, 2018) que pensar a cegueira como uma forma de visão exige que se reconheça, na ciência, na sociedade, na cultura, um modo particular de ser e estar no mundo, que não é “desgraça” nem patologia, mas, antes, um modo de ser e de estar no mundo que produz conhecimento e colabora com o conhecimento global constituído.

PARTICIPANTE 2:

“...que ele encontre nas diversas disciplinas um meio de poder mostrar, para os seus alunos, para os seus professores e para a universidade como um todo, que ele é uma pessoa capaz, que ele tem um potencial e que esse potencial pode contribuir para o crescimento da sua turma de alunos e da Universidade como um todo”.

Há uma crença infundada que a pessoa em condição de deficiência não pode contribuir/agregar com a vida acadêmica e pessoal de uma pessoa sem deficiência, acarretando um distanciamento social desses sujeitos, pelo fato de acreditarem que as mesmas seriam um fardo a ser carregado.

PARTICIPANTE 3:

“Na divisão de sala de grupo, dessas coisas, não quer que a gente faça parte porque não acreditam que a gente possa ajudar na questão do trabalho, que a gente tem capacidade igual a eles, então eles preferem excluir a gente.”

PARTICIPANTE 1:

“[...] aquele olhar estigmatizado do pobre coitado que é deficiente, do tadinho que não ouvi, ou... olha! que linda a que não enxerga”.

Uma das formas as quais o capacitismo se manifesta, é quando associamos a deficiência a algo ruim ao ponto de haver a possibilidade da pessoa em condição da mesma, ser excluída. Outra compreensão equivocada, é vê-la como coitadinha, que pelo fato de ser pessoa com deficiência é infeliz.

Para (Magalhães, 2010, p.35) "Há diferenças de vários tipos, algumas mais visíveis e outras menos, percebidas em função das comparações feitas a partir de determinados padrões socialmente construídos". Ou seja, a deficiência pode ser considerada apenas como uma variação, sendo ela física, sensorial, mental ou intelectual.

PARTICIPANTE 2:

“A gente não quebra, deficiência não pega, não é contagiosa [...]”

Todavia, ainda segundo Campbell, o mais relevante é a significação social atribuída à deficiência. Muitas vezes, foca-se nas diferenças consideradas desvantajosas, carregadas de sentidos negativos, o que contribui para o descrédito da pessoa com deficiência. Isso revela que ainda persistem pensamentos que coloca a pessoa deficiente como inferior, restringindo sua existência e reforçando essa visão negativa.

A autora pontua ainda que “a deficiência é um estado diminuído do ser humano”, desvelando, assim, as opressões capacitistas que visam minar o empoderamento e a participação social das mulheres. Nesse sentido, ser uma pessoa com deficiência, dentro dessa conjuntura feminina, torna-se um ato político — uma presença que representa não apenas as opressões e barreiras enfrentadas, mas também a reivindicação do direito de pertencer ao cenário da inclusão no ensino superior.

PARTICIPANTE 3:

“Muitos alunos eles, não tem a gente como..., antes de ser uma pessoa com deficiência, ser pessoa, né?!, porque nós somos iguais a eles, mas eles não conseguem ver isso.”

Há inúmeros estigmas imputados às pessoas com deficiência, mas acreditamos que quando a sociedade de fato permitir-se conviver com elas, verá que sim, elas são capazes de serem e fazerem o que quiserem, desde que os diversos espaços sociais estejam preparados para as diferentes formas de ser. Com isso, consideramos como de suma importância que a conjuntura

social consiga enxergar a pessoa, sua identidade, seus aspectos individuais e subjetivos, antes da deficiência em si.

PARTICIPANTE 2:

“De olhar a pessoa com deficiência, como uma pessoa.”

Desde a Declaração Universal de Direitos Humanos (Dudh,1948) todos são seres humanos dignos de direitos, pondo fim ao relativismo das demais terminologias. Contudo, ainda convivemos com narrativas culturais de opressão, de negação desse reconhecimento que obstaculizam essas experiências.

Esses relatos foram apenas alguns recortes de falas, mas que demonstram o quão o capacitismo encontra-se presente e mostra como o nível de alienação de não ser como antes tudo pessoas com seus direitos e inerente a sua dignidade, o fato do descrédito social e das vertentes de capacitistas tentam expropriar as pessoas com deficiência, o que lhe o mais íntimo seu: sua condição humana que soberana a cada um de nós:

A falta de divulgação e instrução sobre os direitos das pessoas com deficiência adquirida ou não pode gerar a dificuldade de compreensão dessas acerca daquilo que lhe é garantido por Lei. É de grande importância que os sujeitos estejam cientes dos seus direitos para que possam reivindicá-los, defender-se das diversas formas de exclusão e ter acesso às ferramentas e serviços inclusivos (Mendes et al., 2020, p.11).

Partindo do modelo social da deficiência, vislumbra-se a inclusão social como um processo sociopolítico, o qual todos estão imbricados, dessa maneira, devem se culminar com a minimização de barreiras a serem enfrentadas, tornando o mundo um lugar mais equitativo e justo.

Considerações finais

Observou-se que o modelo social da deficiência, apresentou uma ruptura de paradigmas em relação ao modelo médico, trazendo consigo o tema para todo âmbito das relações humanas, de modo que tira a deficiência da esfera individual, passando a ser considerada não apenas como um problema com consequências infundáveis e insolúveis, mas apontando que os obstáculos vividos pelas pessoas com deficiência são oriundos em seu meio e vida social.

Ao passar dos anos essas pessoas foram assegurando mais espaços em lugares diversos, fruto de conquistas históricas e nem sempre equânime, a Declaração de Direitos Humanos garantiu a tutela e o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana.

Ao trazer a educação superior na UFPB, exaltou-se a trajetória histórica das pessoas com deficiência para consolidação de seus direitos, ainda que vivenciados na contemporaneidade com uma análise de discurso capacitista/corponormativo, denotando a fragilidade dessas relações entre deficiência e relações humanas. Segundo os estudos Silva (2016) aponta que o ingresso das pessoas com deficiência na UFPB, vem em uma crescente, motivo este que deve ser celebrado, mas deve ser ressaltado que a implementação de políticas sociais, vai de encontro com as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e as atitudinais, as quais deve-se advogar por sua exclusão.

De acordo com as vozes das mulheres cegas explicitadas nesta pesquisa percebeu-se fragilidades da narrativa, no sentido de fazer cumprir a necessidade do aprofundamento das questões aqui abordadas. Evidenciou-se que para além do acesso, se faz necessário uma ressignificação de uma série de atitudes por parte da conjuntura acadêmica, para uma permanência digna e cidadã (Farias, 2019).

Verificou-se que vivenciar em uma sociedade na qual ainda persistem atitudes baseadas em ideais corpornormativas, os quais veem a pessoa com deficiência como um corpo, que devido ao padrão estabelecido por uma classe hegemônica, deve ser corrigido. Estas atitudes de preconceito as pessoas com deficiência, ou seja, o capacitismo se constitui em diversas barreiras atitudinais experienciadas pelas pessoas com deficiência, em sua consolidação ao direito educacional, que obstaculizam a participação plena nos diversos espaços sociais, o que culmina também num processo educacional fragilizada (Piccolo, 2022).

Para tanto, faz-se relevante ter a inclusão da pessoa com deficiência como um compromisso social, de ver antes de tudo, a pessoa e suas particularidades, como sujeito capaz, ao contrário do que muitos imaginam, digno de ter seus direitos efetivados para uma vida mais equitativa, reconhecendo a igualdade na diferença.

Almeja-se com essa pesquisa uma reflexão acerca das atitudes capacitistas que dificultam a vida acadêmica da mulher com deficiência, a fim de evidenciá-las, com o propósito de tornar as IES, como também a sociedade, um lugar mais acessível/inclusivo.

Informações complementares:

a) Declaração de contribuição das autoras e dos autores:

Todas as três autoras participaram do planejamento e redação do presente manuscrito. Lívia Medeiros realizou a pesquisa a pesquisa documental e por ela redigida. Danyelle Monte e Maria Luiza redigiram juntas a introdução, Metodologia e conclusão. Todos os autores e autoras contribuíram com as seções dos demais colegas, seja por meio de revisão, de redação de alguns excertos ou de seções inteiras.

b) Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais:

O manuscrito foi baseado no documentário De Olhos Fechados, produzido na Universidade Federal da Paraíba.

c) Declaração de conflito de interesse:

Declaramos não haver conflitos de interesse.

d) Avaliação por pares:

✓ **Avaliador 1:** Claudia Regina Vieira (correções obrigatórias)

O texto precisa de uma revisão de formatação. Existem parágrafos desalinhados, letras de tamanhos diferentes no meio do texto, é preciso revisar. Outra sugestão é uma verificação dos termos, em alguns pontos é possível fazer a substituição de alguns termos que se repetem muito ao longo de um parágrafo, por exemplo: Empoderamento, capacitismo. É possível pensar em pronomes e ou outras maneiras de se reportar ao termo para que a leitura seja mais fluida.

✓ **Avaliador 2:** Keila Cardoso Teixeira (aceitar)

A inclusão da pessoa com deficiência como um compromisso social e ético. Para uma vida mais equitativa, reconhecendo a igualdade na diferença. A pesquisa propõe uma reflexão acerca das atitudes capacitistas que dificultam a vida acadêmica da mulher com deficiência, a fim de evidenciá-las, com o propósito de tornar as IES bem como os outros espaços sociais um lugar mais acessível/inclusivo.

Referências

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 6 de abr de 2020.

BRASIL. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: 2004. 353 p.

CASTELLS, Manuel. **La société en réseaux**. Paris: Fayard, 1998

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e

empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 555–568, out./dez. 2014.

DANTAS, T. C. **Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoas com deficiência no Brasil e no Canadá**. Tese (Doutorado em Educação). UFPB/CE. João Pessoa, 2014.

DIAS, G. N. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacionais das pessoas com deficiência**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São João Del Rei. Departamento de Psicologia. / Gleice Noronha Dias. – 2014.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** [ebook]: Editora Brasiliense, 2007. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/42459112/diniz-d-o-que-e-deficiencia>>. Acesso em: 02 de abr. de 2020.

FARIAS, A.Q. **Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência**. Tese (Doutorado em Educação) UFPB/CE. João Pessoa, 2017.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, 70, 2008.

MAGALHÃES, R. C. B. P. CARDOSO, A. P. L. B. (2010). **A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade**. Cadernos de Pesquisa, 40 (139), 45-61.

MEC - Ministério da Educação. **Declaração de salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Disponível em: . Acesso em 04 de agosto de 2019.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 10, p. 3265-3276, Oct. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016001003265&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2020

MENDES. Augusto C.; PATROCINIO, Fabíola F. do; BRITS, Luíza R.; SILVA, Scarlet F. da. **Educação Inclusiva: Núcleo de Acessibilidade como Ferramenta de Mediação**. VI Seminário Nacional de Educação Especial/XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 3, n. 3, 2020.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 635-655, 2012.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Estud. Femininos.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 887-896, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Apr. 2020.

SANTIAGO, Sandra Alves. Exclusão e deficiência: primeiras aproximações teóricas. In: RICHARDSON, Rober Jari (Org.). **Exclusão, inclusão e diversidade**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: Artes Médicas, 1997

PICCOLO, Gustavo Martins. *Pelo direito de aprender: contribuições do modelo social da deficiência à inclusão escolar*. **Educação em Revista (Online)**, v. 38, p. 1–20, 2022.

PICCOLO, Gustavo Martins ; Mendes, Eniceia Gonçalves. *Maio de 68 e o modelo social da deficiência: notas sobre protagonismo e ativismo social*. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1–21, 2022.

SILVA, Lidiane Ramos da. Políticas de Inclusão na Educação Superior: acesso e permanência de pessoas com deficiência na UFPB. 2017. 184 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUZA, Joana Belarmino de. Cegueira, Acessibilidade e Inclusão: Apontamentos de uma Trajetória. **Psicologia científica**, Brasília , v. 38, n. 3, p. 564-571, Sept. 2018 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000300564&lng=en&nrm=iso. access on 08 May 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000092018>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOUZA, O. S. H. **Itinerários da inclusão escolar: Múltiplos olhares, saberes e práticas**. Porto Alegre: ULBRA. 2008.

SINGAL, Nidhi. **Being a teacher with disabilities: perspectives, practices and opportunities**. London: British Council, 2024. Disponível em: <https://learninggeneration.org>. Acesso em: 16 dez. 2025.